

EDITORIAL

É com muita satisfação que publicamos o segundo volume da 3ª Edição da Revista do SUSP. Ele oferece contribuições importantes e necessárias para a construção de respostas cada vez mais consistentes para a segurança pública brasileira.

Abrindo a seção dos artigos enviados por autores convidados, com o artigo “Visão de túnel: Segurança pública, ética e justiça no Brasil”, Luiz Eduardo Soares explora as razões pelas quais as polícias do Rio de Janeiro e as autoridades de segurança pública repetem, por décadas, práticas e estratégias que não trouxeram os resultados esperados para a população fluminense. O autor sugere que esse modelo é sustentado por valores e uma visão de justiça que por vezes vão contra os princípios constitucionais. Além disso, argumenta que a transição democrática permanece incompleta e que as corporações policiais resistem à autoridade civil e política.

No segundo artigo Felipe Sampaio nos traz uma contribuição intitulada “Segurança pública, as cidades no centro do debate”. Ele analisa a insegurança nas cidades sob diversas perspectivas — econômica, social e cultural — influenciada por fatores históricos e territoriais. Ele defende que a insegurança deve ser tratada de forma integrada em planos municipais de longo prazo, que vão além do enfrentamento à criminalidade e envolvem políticas públicas mais amplas, com foco na redução das desigualdades sociais e não apenas na repressão policial.

Já em “Sísifo e a investigação criminal cibernética: Por que não avançamos?”, Emerson Wendt critica a abordagem legislativa brasileira frente aos crimes cibernéticos, analisando a falta de evolução nas normas penais para lidar com o ciberespaço. O autor argumenta que, apesar da crescente preocupação com a segurança digital, a resposta legislativa é predominantemente punitiva, ignorando políticas públicas mais eficazes e a cooperação internacional, essenciais para um combate mais eficaz aos crimes digitais.

A autora Patrícia Pacífico Rodrigues Machida, no texto “As falhas no uso de aplicativos na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher”, examina como a tecnologia, por meio de aplicativos, tem contribuído para a proteção das mulheres, desde o monitoramento de

dados até a criação de plataformas de comunicação seguras. A pesquisa destaca a importância de integrar tecnologias de segurança pública para melhorar a resposta a casos de violência de gênero, propondo um uso mais eficiente dessas ferramentas no combate à violência.

No artigo “Vigilância ética e o agir policial”, Sandro Cozza Sayão reflete sobre a vigilância no contexto policial, com base nas teorias de Foucault e Levinas. Ele introduz o conceito de “vigilância ética”, defendendo que a responsabilidade social exige uma postura vigilante constante, especialmente no trabalho policial, onde a atenção plena é crucial para evitar o egoísmo e a indiferença, garantindo o cuidado e a ordem social.

Por último, Luciano Oliveira, em “Castigo e sensibilidade moderna: Dos suplícios à prisão, e da prisão ao abolicionismo carcerário”, analisa a transição dos castigos corporais para a prisão, no final do século XVIII e início do XIX. Ele também discute o movimento atual em favor da abolição da prisão, argumentando que, assim como o movimento abolicionista dos suplícios, a crítica à prisão é impulsionada por uma “sensibilidade moderna”, que repudia o sofrimento físico e busca alternativas mais humanas para lidar com os infratores da lei.

A segunda seção dos artigos do fluxo contínuo foi aberta pelo artigo intitulado “Tecnologias da informação e comunicação para Grandes Eventos aplicáveis no Centro de Integração de Comando e Controle do Estado da Bahia”. Nele, Melquisedeque Cerqueira dos Anjos e Lídia Maria Batista Brandão Toutain discutem a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação para a segurança pública em grandes eventos. Utilizando pesquisa bibliográfica nas áreas de Ciências Policiais e Ciência da Informação, eles concluem que essas tecnologias são essenciais para garantir a obtenção de informações em tempo hábil e de qualidade para o planejamento e execução de ações de segurança pública. Quando bem implementadas, as soluções tecnológicas contribuem para a eficiência e eficácia das operações de segurança.

No artigo “A institucionalização da política de gestão de risco na Polícia Rodoviária Federal, à luz da teoria institucional”, Ellen Rodrigues D’Andrea aborda a gestão de riscos como uma estratégia organizacional para lidar com incertezas nas políticas públicas. O estudo mostra como a adoção dessa política tem sido influenciada pela pressão de órgãos de controle e analisa sua eficácia em melhorar a adaptabilidade e eficiência da Polícia Rodoviária Federal, com base em revisões bibliográficas e documentos normativos.

No artigo “Possibilidades e limitações da utilização de informantes na investigação criminal no Brasil”, Juliano Corrêa explora a utilização de informantes nas investigações, abordando a relação entre policiais e informantes, a legalidade das ações e a transparência no processo. A pesquisa apresenta métodos que alinham o uso de informantes com as normativas legais, visando proteger os agentes e garantir a legalidade das investigações.

Rafael Almeida Barcelos, no artigo “Ação da Guarda Municipal de Vitória/ES na proteção da mulher em situação de violência”, investiga o Projeto “Botão do Pânico” e sua expansão para além da intervenção em situações de emergência. A pesquisa qualitativa destaca a importância de um atendimento mais humanizado e preventivo para as mulheres em situação de violência, apontando a necessidade de ampliar o alcance e a efetividade do projeto.

Ademais, no artigo “Avaliação psicológica nas instituições policiais: Aspectos norteadores para práticas de intervenção e promoção da saúde mental”, Renato Peixoto Costa analisa as práticas de avaliação psicológica em seleções para funções policiais e como elas impactam na saúde mental dos profissionais. A pesquisa discute a importância de utilizar diversas técnicas de avaliação e desenvolver estratégias para apoiar a saúde mental no contexto policial, superando o estigma em relação a questões de saúde emocional.

Mais adiante, em “Da prisão em flagrante: A indispensabilidade do despacho ratificador baseado em narrativas lógicas”, Breno Eduardo Campos Alves e Vinícius Pinheiro Marques discutem a importância do despacho ratificador na prisão em flagrante, analisando seu papel na fundamentação legal da decisão e na proteção dos direitos fundamentais do indivíduo. A pesquisa destaca a necessidade de uma argumentação clara e lógica no despacho para garantir a legalidade e transparência no processo.

No artigo “Avaliação da criminalidade em Belém do Pará”, Hugo Alexandre Santos Regateiro, Joyce Gama Souza e Edson Ramos analisam a distribuição da criminalidade em Belém entre 2017 e 2019. Usando dados de boletins de ocorrência e um índice de criminalidade, identificaram que a maioria dos bairros apresentou uma queda na criminalidade, mas alguns bairros ainda enfrentam altos índices. A pesquisa busca oferecer uma base para estratégias mais eficazes de combate ao crime nas áreas mais afetadas.

Ainda, com o artigo “Entregas espontâneas e o tráfico de animais silvestres: Leituras sobre o Estado de Mato Grosso”, Giseli Gomes Dalla Nora investiga as entregas espontâneas de animais silvestres e sua relação com o tráfico de animais. A pesquisa, baseada em dados de 34 municípios, sugere que, embora as entregas possam estar associadas ao tráfico, elas também oferecem a oportunidade de reintroduzir os animais em seus habitats naturais. A autora destaca a falta de pesquisas sobre o tema e a importância de mais estudos sobre o tráfico de animais.

Em “Inteligência policial judiciária militar: Algumas percepções do oficialato da Polícia Militar do Distrito Federal sobre a utilização de ações de busca nos inquéritos policiais militares”, Bruno César Prado Soares examina a visão dos oficiais da PMDF sobre a inteligência policial na investigação de crimes militares. A pesquisa revela que, apesar da importância da inteligência, sua aplicação nos inquéritos policiais ainda é limitada, com poucos oficiais utilizando técnicas como infiltração ou interceptação.

No artigo “As medidas protetivas de urgência com o advento da Lei nº 13.827/2019: Uma análise da possível violação ao princípio da reserva de jurisdição desde a Lei nº 11.340/2008 (Lei Maria da Penha)”, Adrielle Leite Vieira e Alan Filipe dos Santos Araújo analisam as alterações introduzidas pela Lei N. 13.827/2019 na Lei Maria da Penha, que permite que a autoridade policial conceda medidas protetivas de urgência, além da autoridade judicial. A pesquisa conclui que a lei não viola o princípio da reserva de jurisdição e representa um avanço na proteção das mulheres vítimas de violência.

Por meio do artigo “Planos Setoriais como suporte ao processo decisório de comando em instituições militares estaduais”, Damião Enéas de Melo dos Santos explora a utilização de Planos Setoriais na gestão das instituições militares estaduais. A pesquisa oferece um modelo para apoiar a tomada de decisão e garantir que os objetivos táticos sejam atingidos, com base em simulações realizadas na Polícia Militar do Paraná e pesquisas em organizações nacionais e internacionais.

No artigo “Ensino policial: Processos de qualificação pedagógica para a docência na formação técnico-profissional de policiais civis”, Vinicius Augusto Caldas discute o papel da Academia da Polícia Civil na formação de policiais civis, destacando a importância de métodos pedagógicos renovados e alinhados com as necessidades práticas da profissão. A pesquisa visa propor melhorias nos processos formativos, correlacionando

a Matriz Curricular Nacional com os saberes pedagógicos para promover uma formação mais eficiente.

Os autores Layla Santos e Edilson Esteves, no artigo “Subsistema de inteligência ambiental: Contribuição para soberania nacional, segurança pública e defesa da Amazônia”, propõem a criação de um Subsistema de Inteligência Ambiental para fortalecer a proteção da Amazônia e outros biomas. A pesquisa sugere que essa ferramenta pode melhorar a efetividade das políticas ambientais e de segurança, auxiliando no combate à criminalidade transnacional e à proteção dos recursos naturais.

Por fim, no artigo “A implementação da gestão baseada em evidências em uma corregedoria de polícia: O caso da Polícia Rodoviária Federal”, Júlio César Matos de Oliveira e Renato da Silva Araújo discutem a aplicação da Gestão Baseada em Evidências na Corregedoria-Geral da PRF. O estudo explora os desafios enfrentados antes da implementação e os impactos dessa abordagem na melhoria da tomada de decisões e na transparência das operações da instituição.

Boa Leitura!

Equipe Editorial